

A UNIVERSIDADE E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Silke Weber*

Introdução

Tem sido freqüente, nos últimos anos, a crítica à desvinculação que existiria entre a instância universitária e a sociedade brasileira. Nos anos 70, tal crítica se voltava para o tipo e a qualidade da formação promovidos pelas instituições universitárias, que não corresponderiam às exigências do mercado de trabalho. Inúmeros estudos e textos foram, então, produzidos com o objetivo de demonstrar o acerto de tal postura e propor mudanças na oferta de cursos de graduação ou nos conteúdos e métodos de ensino e de formação (Assis, 1972; Fernandes, 1971), como também para "demonstrar o equívoco da concepção que une educação e desenvolvimento, mostrando que esta é importante para transformar o mercado de trabalho e a sociedade". (Costa e Weber, 1977, p. 47)

Na década de 80, essa crítica se vincula com a luta mais ampla em favor da democracia, sendo cada vez mais requerido das universidades, a sua participação efetiva na construção da cidadania (Vieira, 1990). Ela ocorre no período em que, concomitantemente, ao aprofundamento do debate acerca do lugar da educação formal na sociedade brasileira, pondo a descoberto o caráter contraditório de que é revestida — aparelho ideológico de Estado e instância de conscientização das possibilidades e transformação da sociedade capitalista—, se desenrolavam políticas educacionais, cujas diretrizes foram definidas ao longo das campanhas eleitorais que, nos níveis estadual (Rodrigues, 1985; Weber, 1991) e municipal (Mello, 1986), marcaram a difícil retomada no país, da via democrática (Cunha, 1991).

Universidade e Sociedade

A cobrança à instância universitária, reforçada especialmente pelos meios de comunicação de massa, se bem que revele a sua importância na sociedade, tende a obscurecer a especificidade da ação universitária e a

* Professora do Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

omitir a sua contribuição para o esclarecimento, encaminhamento ou solução de problemas nodais do país, muitos dos quais por ela revelados.

De fato, a adoção generalizada de postura imediatista, que demanda resposta pronta aos inúmeros problemas sociais da atualidade, além de reduzir as relações da instância universitária com a sociedade a uma relação estímulo-resposta, tem restringido a sua área de atuação à difusão de conhecimentos e à formação de profissionais.

Deixa-se, desse modo, de destacar e avaliar a realização dos outros objetivos que também lhe são inerentes e cujo resultado, em determinadas sociedades, nem sempre é visível a curto prazo, às vezes sequer localizável, de forma clara. Trata-se dos objetivos propulsores da própria atividade universitária, cujo traço principal constitui a crítica ao que se conhece e à própria realidade, em suas diferentes dimensões, ou seja, a produção de conhecimentos, o desenvolvimento de tecnologias e o enriquecimento cultural (Touraine, 1972). Quanto à importância deste último aspecto, bastaria lembrar o crescimento e a diversificação do mercado editorial, a multiplicação de congressos, seminários, encontros, a incorporação de linguagem, interpretações, conceitos científicos e acadêmicos na vida cotidiana, observados no país, nos últimos vinte anos, malgrado crises de toda sorte.

No tocante à produção de conhecimentos e ao desenvolvimento de tecnologias, tem sido demonstrado que é, sobretudo nas universidades públicas, apesar de todas as dificuldades de ordem política, financeira, material, administrativa, que professores com titulação pós-graduada, trabalhando em regime de dedicação exclusiva, têm constituído reconhecidos grupos de pesquisa básica e aplicada (Figueiredo e Sobral, 1991; Schwartzman, 1985; Schwartzman e Castro, 1987). Os mais notáveis advêm, até por razões históricas do próprio desenvolvimento científico no Brasil e no mundo ocidental, das áreas de ciências exatas e da natureza e das engenharias. Não é possível, entretanto, deixar de fazer menção à contribuição dos pesquisadores das diferentes disciplinas integrando as áreas das ciências humanas e sociais, para a compreensão da própria sociedade brasileira, nos seus mais diversos aspectos, que se fez mais intensa a partir dos anos 70, marco da institucionalização da pós-graduação. Um desses aspectos tem sido, certamente, o educacional, tanto sob o

ângulo dos determinantes estruturais, analisado segundo vertentes várias (Freitag, 1977; Nagle, 1974; Paiva, 1973; Romanelli, 1978) como sob a perspectiva de explorar as contradições específicas da sociedade capitalista (Cury, 1986; Saviani, 1986), considerando-se, freqüentemente, o que ocorre nos diversos níveis de ensino como mediações que explicitam a complexidade das relações que envolvem instâncias escolares e sociedade brasileira. Como exemplos recentes, selecionados pelo impacto que têm causado no debate, podem ser citados estudos formulados segundo orientações teóricas as mais diversas, sobre: visões do professor (N. Mello, 1982; Penin, 1989; Sá Barreto, 1975; M. Melo, 1991); o lugar do trabalho na escola (Frigotto, 1984; Kuenzer, 1985; Salm, 1980); distorções no ensino da matemática (Carraher e Schliemann, 1983 a, b; Carraher, Carraher e Schliemann, 1988) e no da leitura (Carraher, 1985; Freitag, 1984; Grossi, 1986; Rego, 1986, 1988); educação popular (Campos, 1985; Sposito, 1982, 1989; Paiva, 1986).

Também a instância universitária, no sentido estrito e em sentido lato — ensino de terceiro grau — têm sido objeto de estudo, seja sob a ótica de sua relação com a sociedade (Canuto, 1987; Cunha, 1975, 1980, 1983, 1988; Fernandes, 1975; B. Martins, 1981, 1988, 1991; Oliven, 1990; Vieira, 1982, 1990), seja na sua dinâmica interna (Belloni, 1985, 1988; Fávero, 1986; Figueiredo e Sobral, 1991; Graciani, 1982; Schwartzman, 1985; Schwartzman e Castro, 1987; Rocha Neto, 1991).

O presente texto pretende se inserir nessa vasta discussão, tematizando a contribuição das instituições universitárias no enfrentamento das questões que têm sido formuladas em relação ao ensino fundamental, percebido, contemporaneamente, como instância de formação e exercício de cidadania. Isto será feito a partir da apresentação das diferentes formas como as instituições universitárias de Pernambuco, especialmente, as públicas, se associaram ao esforço de construção da qualidade da escola pública, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Educação, no período do Governo Arraes — 1987-1990.

Debate Social e Acadêmico e Política Educacional

Do mesmo modo que outros Estados da federação, Pernambuco, em

1987, organizou a sua política educacional em torno das diretrizes formuladas, simultaneamente, como decorrência do avanço da luta social em favor da democracia e do debate acadêmico e social a respeito da educação. Assim, as diretrizes: universalização da educação básica com qualidade, dignificação do trabalho do educador e democratização da gestão educacional orientaram o processo de formulação do Plano Estadual de Educação — 1988-1991.

O Plano foi elaborado ao longo de um amplo processo de discussão, envolvendo segmentos educacionais, municipais, entidades da sociedade civil, representantes da sociedade política, que tinha como objetivo definir prioridades e programas capazes de materializar as diretrizes de governo formuladas no período eleitoral. Para tanto, foi criado um canal permanente de comunicação, os fóruns itinerantes de educação, através dos quais procurava-se "ampliar o espaço de interferência dos diversos setores sociais na formulação, na condução e na avaliação da política educacional do Estado" (PEE, p. 19).

As sugestões iniciais e a consolidação das propostas para o Plano Estadual de Educação — 1988-1991, foram explicitadas e confrontadas, no decorrer das 17 sessões do I e do II Fórum Itinerante de Educação realizadas, nas sedes dos Departamentos Regionais de Educação (DERE), respectivamente, nos meses de maio e junho e em novembro e dezembro de 1987. Este rico processo de construção coletiva, em que se contrapunham diagnósticos, informações, conhecimentos, interesses, anseios, projetos político-sociais, ao mesmo tempo em que favorecia a elaboração progressiva de referências comuns para o tratamento da questão educacional, suscitava a busca de fundamentos para os argumentos defendidos pelas diferentes forças sociais em presença.

E nessa procura, um número cada vez maior de indivíduos e grupos, não apenas se expôs ao que vinha sendo produzido, nos últimos anos, no mundo acadêmico, sobre educação brasileira, e o questionou, mas também aprofundou a compreensão acerca de temas e problemas necessariamente aí envolvidos. Assim, ao lado de debates cada vez mais profundos, a respeito das diferentes concepções de democracia, estado, governo, das relações entre sociedade civil e sociedade política, esclarecia-se o lugar da educação formal na história da sociedade brasileira.

Esta discussão foi tornando claro que o quadro atual da educação do país e de Pernambuco constitui produto da própria forma como, historicamente, a educação obrigatória tem sido encarada e tratada pelos representantes dos grupos sociais, cujos interesses, no passado próximo, prevaleceram na correlação de forças, e pela influência que aí conseguiram exercer outros segmentos sociais, inclusive o universitário.

Descobre-se, também, a contraditória relação entre universidade e sociedade, que alterna ou combina a participação efetiva na luta pela generalização do ensino fundamental e, mais recentemente, pela garantia de padrão de qualidade, e o suporte à intervenção estatal extremamente centralizada na área educacional, tal como ocorreu no período caracterizado pelo autoritarismo.

Percebe-se, assim, que a ação da instância universitária, dadas até às suas próprias características de "serviços públicos intelectuais" (Gramsci, 1968), tem sido marcada pelas demandas sociais, sejam elas favoráveis, ou não, à construção da democracia. Essa peculiaridade explicaria, inclusive, porque durante décadas, consistente com a perspectiva técnico-burocrática, que orientava a ação governamental na área da educação, nas diversas esferas, se tivesse privilegiado a formulação de projetos específicos a se desenvolverem, seletivamente, e de forma localizada. Era o momento em que se pressupunha ser o efeito de demonstração, por si mesmo, suscitador de novas experiências capazes de alterar a situação educacional reconhecidamente insatisfatória, sem se atentar para os resultados paralisadores, quando não perversos, gestados nesse mesmo processo, e que se traduziam no prestígio, poder e até "riqueza" obtidos por aqueles que participavam de projetos que pretendiam modificar atividades pedagógicas rotineiras.

Até que ponto esta mesma postura não estaria retornando, na atualidade, nas propostas das diferentes esferas de governo de conceder autonomia à escola de primeiro e segundo graus, mediante a instituição de prêmios de produtividade, por exemplo?

Este, no entanto, não poderia ser o caminho a seguir por um Governo que reconhecia a educação fundamental como instância de formação e exercício de cidadania e todas as escolas da rede pública — estadual e municipal — como o *locus* desse processo.

Novas Relações entre Educação Pública e Universidade

Este reconhecimento exigia outras formas de intervenção governamental, que assegurassem a construção coletiva do caráter unitário da educação básica. A ação do governo, entendido este último como instância temporal de direção de um projeto político inserido na luta mais ampla pela superação da exploração e da dominação, teria que propiciar tanto a compreensão dos elementos presentes na definição de suas prioridades, como sinalizar para a melhoria da qualidade da escola pública.

Isto requeria, portanto, que a relação da instância universitária com os demais níveis de ensino superasse a perspectiva de generalização dos resultados positivos de experiências específicas, e passasse a ter como horizonte a construção da qualidade do ensino na rede escolar pública, como um todo.

Esta perspectiva, se bem que alargasse as possibilidades de atuação dos diferentes Departamentos das quatro universidades existentes no Estado: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a então Fundação do Ensino Superior de Pernambuco (FESP), hoje Universidade de Pernambuco (UPE) e Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), por outro lado, impunha certos limites dado o compromisso do Governo de avançar no resgate da dívida social de assegurar o acesso à educação básica com qualidade.

Desse modo, a ação governamental centrava-se na prioridade de, efetivamente, alfabetizar as crianças matriculadas nas séries iniciais das escolas públicas de primeiro grau, para a qual era alocada a maior parte dos recursos destinados à área educacional pelo governo federal (Antunes, 1991), inclusive para dotar todas as salas de aula da pré-escola, 1ª e 2ª séries com o material didático indispensável e com livros infantis.

Para tanto, era necessário, simultaneamente, formar pessoal competente nas questões de alfabetização de crianças, promover a capacitação em serviço do enorme contingente de professores atuando nas séries iniciais do primeiro grau, propor formas de acompanhamento e avaliação da prática pedagógica desenvolvida nas escolas, incentivar o intercâmbio e

sistematização de experiências em curso, caminhar na perspectiva da profissionalização do docente, formular políticas de ensino e de suporte à ação educativa compatíveis com o estado da arte das diversas áreas, melhorar as condições materiais e financeiras do trabalho docente, influenciar na formação de novos professores de primeiro grau, articular atividades alfabetizadoras realizadas pela escola pública e por movimentos populares com crianças, jovens e adultos.

A formação de pessoal competente nas questões de alfabetização teve no Mestrado em Psicologia, da UFPE, o apoio importante. Professores e alunos do curso, atuais docentes do Departamento de Psicologia, da mesma Universidade e integrantes do Grupo de Estudos e Orientação Psicopedagógica(GEOP), desde inícios da década de 80, vinham se dedicando a questões relativas ao ensino da leitura e da matemática, nas séries iniciais do primeiro grau e tentando influir no ensino ministrado em escolas públicas mediante o projeto Aprender Pensando. Foi-lhes, então, solicitada, em 1987, a realização de um Curso de Especialização em Psicologia Escolar, em tempo integral, dirigido a professores e técnicos atuando na área de alfabetização, a serem recrutados em toda a rede estadual, mediante processo de seleção.

O formato do curso, requerendo além da exposição a bibliografia atualizada, a observação sistemática da prática pedagógica desenvolvida nas classes de alfabetização das escolas públicas, objeto das monografias de conclusão, permitiu a constituição paulatina de uma equipe de especialistas, cuja contribuição nas sucessivas oportunidades de capacitação em serviço continua a merecer atenção.

O mesmo pode ser dito dos professores que naquele mesmo ano iniciaram cursos de Especialização em Alfabetização e em Língua Portuguesa, ministrados sob a responsabilidade do Departamento de Letras, e Especialização em Matemática, sob a coordenação do Laboratório de Ensino de Matemática da UFPE, cuja atuação ao lado daqueles anteriormente mencionados constituiu o embrião do que foi denominado mais adiante de equipes de ensino. Tais equipes, cujos integrantes foram recrutados através de processo de seleção interna, congregavam especialistas nas diversas disciplinas e/ou conteúdos, tinham como tarefa simultânea e obrigatória o ensino de uma disciplina e a coordenação

(organização e realização) de processos periódicos de capacitação em serviço de professores.

Vale dizer que a capacitação em serviço, cujo objetivo principal consistia na reflexão crítica da prática pedagógica em curso, na troca de experiência, na busca conjunta ou não de novas formas de ensino, assessorada por especialistas das diferentes instituições universitárias, não apenas mudou qualitativamente o teor do debate educacional realizado em Pernambuco, como também suscitou novos problemas de pesquisa e estimulou a proposição de experiências pedagógicas inovadoras dentro da rede estadual e, freqüentemente, também na rede municipal, como resultado do esforço de articulação dessas esferas de poder na condução da política educacional.

No âmbito desse processo, que transformara as classes de pré-escola em ambiente alfabetizador, melhoraram os índices de alfabetização nas séries iniciais, chegando a competência de leitura e escrita, avaliada a partir da produção do aluno, a caracterizar cerca de 80% dos alunos matriculados na 1ª série (Miranda, 1991) quando anteriormente isto só ocorria com 50% deles. É verdade que tal mudança não se traduziu em diminuição das taxas de repetência, de um lado, porque os critérios de avaliação tradicionais continuavam a obter crédito dos professores, que não se sentiam seguros para avaliar o próprio processo de alfabetização. De outro lado, porque não haviam mudado as condições sócio-econômicas do Estado, que continuam a expulsar alunos da escola, antes do final do ano escolar. Assinale-se, ainda, a descrença na capacidade de a escola pública formar aluno que revela potencial, o que conduz muitos pais a transferirem para escolas privadas os filhos que se alfabetizaram na 1ª série (Weber, 1991).

A formação de especialistas mediante cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento nas diferentes disciplinas, o acompanhamento do processo de capacitação em serviço, a avaliação do processo de alfabetização consistiram assim, importantes tarefas a serem desincumbidas pelas diversas universidades existentes em Recife, na construção da qualidade da educação pública. Tal tarefa, executada segundo as possibilidades institucionais específicas, envolveu além dos grupos já citados, as áreas de Geografia, História, Inglês, Educação de Adultos, Ciências, da UFPE; Formação do Magistério, Pré-Escolar, Creche, da

da FESP; diferentes disciplinas relacionadas ao ensino agrícola e de ciências, da UFRPE; Educação Especial, da UNICAP.

As áreas de Física, Química, Biologia, Educação Artística, Educação Física marcaram presença nas oportunidades de capacitação, bem como da seleção dos conteúdos dos programas dos concursos públicos realizados no período. A área de Serviço Social, por sua vez, deu prosseguimento ao esforço de encontrar formas ativas de vincular escola e comunidade.

A contribuição das universidades locais, entretanto, não se restringiu ao aperfeiçoamento formal e em serviço do corpo docente, ao acompanhamento e avaliação da prática pedagógica, da formulação e implantação de políticas específicas de ensino e de suporte às atividades educacionais e da reformulação de currículo, ao provimento de estagiários para substituição temporária de professores licenciados ou que se aposentaram. A cooperação das instituições universitárias com o esforço para melhorar a qualidade do ensino público extrapolou as áreas básicas, tradicionalmente vinculadas à ação educativa, passando a atrair, também, docentes atuando em áreas técnicas e na área de saúde.

Com efeito, a concepção de qualidade do ensino como se situando em um contexto multifacetado, envolvendo sociedade, governo, escola, comunidade, no qual ações de natureza explicitamente pedagógicas implicavam, necessariamente, interferência nas demais dimensões, ampliou o espaço de atuação da instância universitária.

A ênfase dada à melhoria das condições de trabalho, percebidas como incluindo, além da remuneração e profissionalização docente, o material didático-pedagógico indispensável, a recuperação física das escolas, pôs em pauta a questão do vandalismo escolar (Loureiro, 1989) bem como a da adequação do mobiliário escolar utilizado pelas escolas.

O estudo das condições pós-ocupação dos prédios escolares começou, então, a ser desenvolvido por docentes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, transformando-se o Relatório daí decorrente em referência obrigatória para a elaboração de novos projetos arquitetônicos bem como de reforma de escolas, além de constituir uma nova linha de pesquisa do mencionado Departamento.

Por outra parte, a destruição freqüente do mobiliário escolar suscitou a avaliação dos equipamentos até então utilizados, do ponto de vista da clientela escolar e da estrutura industrial local. O Laboratório de Desenvolvimento de Produtos da UFPE, junto com professores e alunos da rede estadual, desenvolveu um projeto de padrão de mobiliário escolar, no qual se incluí o de conjunto escolar, com mesa regulável, passível de ser fabricado por pequenas empresas e cuja manutenção pode ser realizada por cada escola. Na perspectiva de atualizar o ensino e de produzir material didático estimulante, há a assinalar a contribuição dada pela área tecnológica, em especial, os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Cartografia.

Os problemas relacionados com a alimentação também passaram a ser tematizados, conjuntamente, integrando Secretaria Estadual de Saúde e membros do Departamento de Nutrição da UFPE. Além disso, grupo de docentes deste Departamento elaborou livro didático sobre alimentos, que certamente tem tido impacto positivo na vivência do currículo escolar.

Uma outra área de estudos que reuniu docentes da área de saúde e também docentes das áreas de Ciências Sociais e de Psicologia foi a de Educação Sexual mediante a instituição de seminários periódicos, congregando alunos e professores das redes públicas de ensino.

Além da participação ativa do programa EDUCOM e, em seguida, de docentes do Departamento de Informática da UFPE e da UNICAP, na formação de professores, acompanhamento da formulação e implantação de Núcleos de Informática em escolas, assinala-se o esboço de cooperação com o Departamento de Comunicação Social da UFPE, na implantação e implementação pioneira do programa Vídeo Escolar em todas as escolas da rede estadual oferecendo curso de formação para o Magistério.

Também o Departamento de Biblioteconomia da UFPE passou a se preocupar de forma sistemática com a construção da qualidade da educação básica, inserindo-se na discussão sobre a organização e gestão das precárias bibliotecas escolares existentes e patrocinando, junto com o então INL, a oferta de oportunidade de aperfeiçoamento para professores da rede estadual, responsáveis por bibliotecas escolares.

Por outro lado, como resultado do debate social e acadêmico, disciplinas alijadas do currículo escolar pelo regime militar — Filosofia e Sociologia — foram reintroduzidas no 2º grau, sendo o concurso público promovido segundo diretrizes traçadas em conjunto com os respectivos Departamentos das diferentes universidades.

Vários outros exemplos de trabalho conjunto — instância estadual de educação e instituições universitárias — e dos desdobramentos que têm produzido, seja nas temáticas de pesquisa, seja no formato da formação oferecida, seja no desenvolvimento de tecnologias, poderiam ser ainda arrolados. Entretanto, parece também importante mencionar que esse profícuo relacionamento não se fez sem conflitos, alguns dos quais oriundos da dificuldade quase cultural de se seguirem prioridades acordadas.

Um dos conflitos provavelmente mais ricos foi aquele que permeou a tentativa de resgatar a dimensão pedagógica da atividade de supervisão, acompanhando o teor do debate social sobre a formação do educador, mediante a institucionalização do educador de apoio. Mobilizações diversas foram realizadas, também pelas instituições universitárias, movidas pelo temor de perderem a clientela ou pela descrença na possibilidade de redefinição profissional do supervisor escolar.

Este debate, é bem verdade, propiciou não apenas a socialização dos questionamentos formulados em nível nacional sobre a formação do educador, mas também suscitou o comprometimento progressivo dos Departamentos de Pedagogia e também das Faculdades de Formação de Professores com o processo de construção da escola pública.

O temor da perda da clientela e do redesenho institucional daí decorrente também ocorreu em universidades oferecendo licenciaturas em Economia Doméstica e em Educação Moral e Cívica. Malgrado concordância com a proposta de privilegiar, no currículo escolar de 5ª a 8ª séries, a aprendizagem de conteúdos básicos, com ênfase em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Língua Estrangeira, a implementação da reorientação curricular foi considerada distorção a ser imediatamente corrigida.

Neste caso, como no anteriormente citado, a ampliação do debate, envolvendo, também, estudantes universitários, favoreceu tomadas de

posição, por ambas as partes, que reforçavam as linhas gerais do debate social e acadêmico em curso.

Finalizando...

Os exemplos aqui trazidos do compromisso de instituições universitárias com a construção da qualidade da educação pública, tendo como referência a gestão educacional de um governo estadual recente, mostram quão fecunda é essa via que ultrapassa, de muito, a reciclagem e o aperfeiçoamento docente e a eventual prestação de assessoria e de serviços.

Trata-se, certamente, de um caminho eivado de tensões e de conflitos, inclusive, porque no caso em epígrafe não havia qualquer vantagem pecuniária adicional para os docentes que se dispunham a introduzir, na sua carga horária, atividades relacionadas à melhoria da educação pública. Mas, por outra parte, o conhecimento recíproco da dinâmica e dos problemas das respectivas instituições coloca em outro patamar o compromisso da instância universitária com a construção da qualidade da escola pública, desencadeado freqüentemente por docentes e raramente pela via departamental.

Assim, talvez menos do que propor programas específicos, tanto o Ministério da Educação como as Secretarias de Educação, em nível estadual e municipal, ao esclarecerem que há espaço para um trabalho em cooperação — educação pública-universidades —, favorecerão o desenvolvimento de propostas inovadoras, as quais, por não estarem diretamente vinculadas a um projeto político particular mas a projetos acadêmicos de docentes ou das próprias instituições universitárias, podem se tornar estáveis.

Parece, pois, que a cooperação da esfera federal, das instâncias estaduais e municipais da educação e das universidades, a partir de diretrizes de política educacional e não de programas específicos, constitui um caminho promissor porque, ao ampliar o debate e alargar o número de parceiros, consolida posições há tantas décadas defendidas pelos mais diversos representantes da sociedade civil organizada, aí incluídas as sociedades

científicas, bem como entidades de natureza profissional ligadas à educação.

Entretanto, avanços efetivos no processo de construção da qualidade do ensino público somente ocorrerão quando os demais setores da sociedade civil efetivamente interferirem na política educacional, participando de sua formulação, acompanhando a sua gestão, fiscalizando a sua execução.

Qualquer uma dessas etapas requer informações e conhecimentos sistematizados, cuja produção e crítica se realizam, principalmente, nas instâncias universitárias. Assim, as universidades constituem não somente referência necessária para alimentar o debate, fundamentar propostas, formular medidas de avaliação, mas também e, sobretudo, a instância crítica que fornece às diferentes esferas em presença elementos que permitam compreender a complexidade envolvida no processo e definir reorientações e redirecionamentos possíveis em cada conjuntura.

E certo que a sua implementação, às vezes até o seu encaminhamento, dependem, essencialmente, da natureza da correlação de forças sociais em confronto que, ao lado dos condicionamentos sócio-econômicos, fornecem a moldura do quadro em que se desenham as relações universidade-qualidade da escola pública.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ana Maria. A propósito do financiamento da educação pública. In: WEBER, Silke (Org.). **Democratização, educação e cidadania: caminho do governo Arraes** — 1987-1990. São Paulo: Cortez, 1991, p. 119-142.

ASSIS, Maria de. **Mercado de trabalho em São Paulo**. São Paulo: Ed. Nacional: IPE, 1972.

BARRETO, Elba Sá. Professora de periferia: soluções simples para problemas complexos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 14, p.92-105, 1975.

BELLONI, Isaura. **Considerações acerca da gestão da universidade**. Brasília, 1988. mimeo. Apresentado no Seminário da FLACSO)

BELLONI, Isaura. **A "crise" na educação superior brasileira: autonomia, democratização e funções sociais — onde estamos?** [S.l.: s.n.], 1985. Apresentado na IX Reunião Anual ANPOCS.

CARRAHER, Terezinha N., SCHLIEMANN, Analúcia. Fracasso escolar: questão social. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.45, p.3-19, 1983a.

CARRAHER, Terezinha N., SCHLIEMANN, Analúcia. A adição e a subtração na escola: algoritmos ensinados e estratégias aprendidas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.64, n.148, p.234-242, 1983b.

CARRAHER, Terezinha N., SCHLIEMANN, Analúcia. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo, Cortez, 1988.

CARRAHER, Terezinha N. Exploração sobre o desenvolvimento da ortografia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n.1, p.269-285, 1985.

CAMPOS, Maria M. Escola e participação popular, In: MADEIRA, Felícia, MELLO, Guiomar N. de (Coords.). **Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social**. São Paulo: Cortez, 1985, p. 81-104.

CANUTO, Vera R. **Políticos e educadores: a organização do ensino superior no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

COSTA, Lia, WEBER, Silke. Universidade e desenvolvimento: novas considerações sobre a velha ilusão. **Comunicações PIMES**, n.18, p.1-58, 1977.

CUNHA, Luis A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez: EDUFF: FLACSO, 1991.

CUNHA, Luis A. Expansão do ensino superior: causas e consequências. **Debate & Crítica**, n.5, p.27-58, maio 1975.

- CUNHA, Luis A. **A universidade têmpera**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CUNHA, Luis A. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- CUNHA, Luis A. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a moderniza o do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CURY, Carlos J. **Educa o e contradi o**. São Paulo: Cortez, 1986.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. **A autonomia e gestão**: o cerco   universidade. Rio de Janeiro, 1986. mimeo. Apresentado na IX Reunião da ANPED.
- FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento, In: HAMBURGER, Ernesto W. (Coord.). **Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1971. p.115-148
- FIGUEIREDO, Vilma, SOBRAL, Fernanda. A pesquisa nas universidades brasileiras, In: VELLOSO, Jacques (Org.). **Universidade pública, política, desempenho, perspectivas**. Campinas: Papyrus, 1991. p. 56-76.
- FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1977.
- FREITAG, Barbara. **Sociedade e consciência**: um estudo piagetiano na favela e na escola. São Paulo: Cortez, 1984.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.
- GRACIANI, Maria Estella. **O ensino superior no Brasil**: a estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GROSSI, Ester P. Alfabetiza o em classe popular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.55, p.85-87, nov. 1985.
- GRAMSCI, Ant nio. **Os intelectuais e a organiza o da cultura**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1968.
- KUENZER, Acácia. **A pedagogia da fábrica**: as rela es de produ o e a educa o do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.
- LOUREIRO, Cláudia, GONÇALVES, Gilson. **Avalia o p s-ocupa o de edifica es escolares na Região metropolitana do Recife (RMR)**. Recife:UFPE/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1989.
- MARTINS, Carlos B. **Ensino pago**: um retrato sem retoques. São Paulo: Global, 1981.
- MARTINS, Carlos B. (Org.). **Ensino superior**: transforma o e perspectivas. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.11-48: o novo ensino superior privado no Brasil: 1964-1980.
- MARTINS, Carlos B. O público e o privado na educa o superior brasileira dos anos 80. **Cadernos CEDES**, São Paulo, n.25, p.63-74,1991.
- MELO, M rcia M. **A pedagogia sociocr tica e a prática docente**. Recife, 1990. Disserta o (Mestrado) Centro de Educa o, UFPE.
- MELLO, Guiomar N. de. **Magistério do 1  grau**: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1982.
- MIRANDA, Elisabete M.et al. **Avalia o de uma nova proposta curricular**. Recife: Secretaria de Educa o de Pernambuco, 1991.
- NAGLE, Jorge. **Educa o e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.
- OLIVEN, Anabela. **A parouquializa o do ensino superior**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- PAIVA, Vanilda P. (Org.). **Dilemas e perspectivas da educa o popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.
- PENIN, Sonia T. S. **Cotidiano e escola**: a obra em construção. São Paulo: Cortez, 1989.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Plano Estadual de Educação - 1988-1991**. Recife: Inojosa, 1988.
- REGO, Lúcia Browne. A escrita de estórias por crianças: as implicações pedagógicas do uso de um registro lingüístico. D.E.L.T.A., v.2, n.2, p.165-180, 1986.
- REGO, Lúcia Browne. O desenvolvimento cognitivo e a prontidão para a alfabetização, In: CARRAHER, Terezinha N. **Aprender pensando**: contribuições para a educação. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 31-50.
- ROCHA NETO, Ivan. A universidade pública, a formação de quadros e o país. In: VELLOSO, Jacques (Org.). **Universidade pública**: política, desempenho, perspectivas. Campinas: Papirus, 1991, p. 77-108.
- RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985.
- ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SALM, Cláudio. **Escola e trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAVIANI, Demerval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1986.
- SCHWARTZMAN, Simon. Desempenho das instituições de pesquisa: ponto para as universidades. **Revista Brasileira de Tecnologia**, v.16, n.2, mar. 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon, CASTRO, Cláudio M. Pesquisa universitária em questão. São Paulo: Icone:UNICAMP:CNPq, 1987.
- SPOSITO, Marília. **Escola pública, movimentos sociais, educação popular**. São Paulo: CEDI, 1989.
- SPOSITO, Marília. **Expansão do ensino, política popular, movimentos sociais**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) - FE, USP.
- TOURAINÉ, Allain. **Université en France et aux États Unis**. Paris: PUF, 1972.
- VIEIRA, Sofia L. **Universidade federal nos anos 80**: o jogo da política educacional. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) - PUC-SP.
- WEBER, Silke (Org.). **Democratização, educação e cidadania**: caminhos do governo Arraes - (1987-1990). São Paulo: Cortez, 1991.